

8
9



Dare Communitate

COLÉGIO CORTE REAL

Cooperativa de Solidariedade Social, C.R.L.

Relatório de Gestão

Ano 2016

g

Colégio Corte Real – Cooperativa de Solidariedade Social, CRL
Registada na CRC Moita sob o n.º 507 106 148
Capital social: 6.000,00€
Sede: Parque de Empresas dos 4 Marcos – Edifício Tejo
2860-402 Moita
CAE principal: 88910
CAE secundários: 85100 e 85201

Índice

1	Introdução	4
2	Enquadramento da Atividade.....	5
3	Análise da Atividade e da Posição Financeira.....	5
i.	Principais Indicadores Financeiros	5
ii.	Evolução das vendas e das prestações de serviços	6
iii.	Estrutura de gastos	6
iv.	Resultado líquido e EBITDA	7
v.	Posição financeira (autonomia financeira e endividamento)	8
vi.	Estrutura do balanço	8
4	As nossas pessoas.....	8
5	A nossa gestão	9
	Organograma	9
6	Proposta de Aplicação de Resultados.....	10
7	Expetativas Futuras	10

1 Introdução

O Colégio Corte Real é uma Cooperativa de Solidariedade Social, com o NIPC 507106148, foi constituída em 18 de Julho de 2005. A cooperativa tem atualmente a sede no Parque de Empresas dos 4 Marcos – Edifício Tejo, na Moita e tem como objetivo a promoção do apoio a crianças e jovens, pelo que a sua atividade principal é a prestação de serviços de cuidados para crianças s/ Alojamento, utilizando o CAE 88910. No decorrer do ano de 2016 teve ao seu serviço em média 42 colaboradores.

De 2005 a 2009 o Colégio Corte Real não registou qualquer atividade.

Em 2010, o Colégio Corte Real reiniciou a sua atividade em Setembro desse ano, através das Atividades de Enriquecimento Curricular, para alunos do 1º ciclo do ensino básico, em parceria com a Escola Técnica Profissional da Moita e os Agrupamentos de Escolas José Afonso e Fragata do Tejo, na Moita, envolvendo cerca de 800 crianças entre os 6 e os 10 anos de idade, através do ensino do Inglês, da Atividade Física e Desportiva e de Atividades Lúdico Expressivas, como a música, a expressão plástica e a expressão dramática.

Em 2012 o Colégio Corte Real iniciou o investimento, apenas com recursos próprios para as obras de construção do seu equipamento social, tendo sido inaugurado em 1 de Outubro de 2012.

Este equipamento social veio dar resposta às enormes carências deste tipo de apoio no concelho da Moita, tendo sido autorizada a lotação de 168 crianças, 84 das quais para creche e 83 em pré-escolar.

Em 2013, o equipamento social teve ocupação de 100% das vagas de creche a partir de Setembro, enquanto no pré-escolar existiu uma ocupação de 74,6% das vagas.

No ano letivo de 2014/2015, foi possível expandir a atividade, iniciando também a oferta de 1.º ciclo do ensino básico, num edifício junto ao complexo da creche e do pré-escolar. Com este novo espaço, surgiu também um alargamento da oferta de pré-escolar, tendo esta valência aumentado a sua lotação para 105 vagas, com uma taxa de ocupação de 100%.

No ano letivo 2015/2016, foi possível constituir ainda mais um grupo de 1.º ciclo do ensino básico e mais um grupo de pré-escolar tendo sido a lotação aumentada nestas duas valências, para 128 crianças em pré-escolar e 41 crianças em 1.º ciclo do ensino básico.

Nesse ano letivo salienta-se a celebração de um acordo de cooperação com a segurança social, garantindo a comparticipação de 33 em 84 vagas da creche.

Em 2016/2017, a lotação foi novamente aumentada, tanto em pré-escolar como em 1º ciclo, para comportar o aumento do número de turmas nessas valências, conforme tabela infra.

i. Número de alunos inscritos por valência

N.º crianças a frequentar por valência	2013	2014	2015	2016	Lotação atual
Creche	84	84	84	84	84
Jardim-de-Infância	59	63	128	146	151
1.º Ciclo do ensino básico	0	0	36	54	64
At. Enriq. Curricular	761	707	710	742	n.a.

g⁸

2 Enquadramento da Atividade

Um dos grandes desafios para este projeto foi o facto de, no nosso plano de investimentos, não considerarmos qualquer apoio de entidades públicas ou privadas para a construção e instalação do imóvel e dos equipamentos da cooperativa, de forma a **canalizarmos todos os possíveis apoios para o fundamental: a prestação de serviços junto das crianças.**

Desta forma, o funcionamento do Colégio Corte Real, CRL, apenas conseguirá ter sustentabilidade financeira através da prestação de um serviço em parceria com a Segurança Social, através de Acordo de Cooperação, face às características socioeconómicas do concelho onde se insere, Moita, onde o rendimento disponível das famílias se apresenta como o mais baixo da Área Metropolitana de Lisboa (dados atualizados em Outubro/2015).

O concelho da Moita, de acordo com os dados presentes na Carta Social da C.M. Moita, tem apenas 37,37% de cobertura em regime de educação pré-escolar. Em creche, apenas existe um equipamento social na rede solidária da Segurança Social na freguesia da Moita, com um total de 42 vagas, das quais apenas 8 em berçário. Existem mais 73 vagas de creche em outros estabelecimentos privados, mas que o custo das mensalidades é elevado para a maioria dos agregados familiares residentes no concelho da Moita.

Em relação à freguesia da Moita prevê-se o aumento da população em cerca de 4000 habitantes nos próximos 7 anos, sendo o nº de habitantes na faixa etária entre os 0 e os 5 anos cerca de 1280.

Assim, entendemos ser de extrema importância reforçar o número de vagas, quer em creche, quer em pré-escolar, na rede solidária da Segurança Social para este concelho, mas particularmente para a freguesia da Moita.

3 Análise da Atividade e da Posição Financeira

No período de 2016 os resultados espelham uma evolução positiva da atividade desenvolvida pela cooperativa.

i. Principais Indicadores Financeiros

A informação financeira consolidada incluída no presente relatório foi extraída das Demonstrações Financeiras, preparadas de acordo com as normas em vigor.

	2016	2015	Var. %
Pessoal			
Efectivos Médios no Activo	42	36	16,7
Gastos c/ Pessoal (mil Euros)	(567)	(517)	9,7
Gastos c/ Pessoal p. capita (mil Euros)	(14)	(14)	-6,0
VAB p. capita (mil Euros)	(15)	(16)	-8,4
Desempenho Económico			
Volume de Negócios (mil Euros)	763	699	9,1
Gastos Operacionais (mil Euros)	(826)	(752)	9,7
Cash Flow Operacional (EBITDA)	79	83	-5,5
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos) (EBIT)	45	57	-20,2
Resultado Líquido (mil Euros)	1	2	-6,4

Balanço

Activo Total (mil Euros)	959	694	38,2
Capitais Próprios (mil Euros)	17	15	20,4
Capitais Alheios (mil Euros)	942	680	38,6

Indicadores

Margem EBITDA (%)	10,35	11,94	-13,3
Margem sobre Vendas (%)	101,03	101,06	0,0
ROI - Return on Investment (%)	0,05	0,08	-42,2
ROE - Return on Equity (%)	0,08	0,11	-22,2

O volume de negócios registou um crescimento significativo, na ordem dos 9%, para cerca de 763 mil euros.

ii. Evolução das vendas e das prestações de serviços

A evolução dos rendimentos, bem como a respetiva estrutura de rendimentos são apresentadas nos gráficos seguintes.



iii. Estrutura de gastos

Relativamente aos gastos incorridos no período económico ora findo, apresenta-se de seguida a sua evolução, bem como o peso relativo de cada uma das naturezas no total dos gastos da entidade:

Detalhe de gastos	2016	2015	Var. %
Gastos das vendas	(7 853,9)	(7 440,9)	5,6
Fornecimentos externos	(239 954,5)	(211 383,5)	13,5
Pessoal	(567 136,2)	(517 160,0)	9,7
Depreciações	(33 679,9)	(26 803,6)	25,7
Impostos	(3 292,8)	(3 640,0)	(9,5)
Outros	(7 471,7)	(12 857,9)	(41,9)

[Handwritten signature]



Os resultados operacionais registaram uma variação negativa de 20,2%, para os 45.254,96 euros, enquanto os resultados financeiros, que representam na sua maioria, os gastos com a necessidade de financiamento da atividade da sociedade sofreram uma variação negativa de 22,5%.

Resultados	2016	2015	Var. %
Operacionais	45 254,96	56 682,18	(20,16)
Financeiros	(41 295,37)	(53 303,36)	(22,53)

No que respeita ao financiamento das atividades de enriquecimento curricular, assegurados através do Orçamento Geral do Estado, o pagamento ocorre no final de cada período a que reporta o serviço, sendo necessário garantir liquidez com recurso a crédito de curto prazo (nomeadamente através de Factoring).

iv. Resultado líquido e EBITDA

Na sequência do exposto, do ponto de vista económico, a entidade apresentou, comparativamente ao ano anterior os seguintes valores de Resultado Líquido.



v. Posição financeira (autonomia financeira e endividamento)

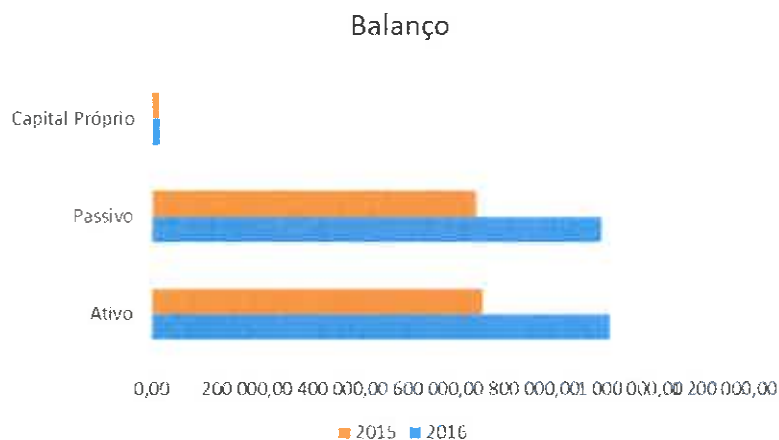
Situação Financeira

A situação financeira da sociedade evoluiu da forma seguinte:

	2016	2015	Var. %
Solvabilidade			
Capital Próprio / Passivo	1,85	2,13	-13,1
Endividamento			
Passivo / Capital Próprio	5 393,95	4 685,64	15,1
Autonomia Financeira			
Capital Próprio / Activo	1,82	2,09	-12,9

vi. Estrutura do balanço

De uma forma detalhada, pode-se avaliar a posição financeira da entidade através da análise dos seguintes itens de balanço:



Balanço	2016	2015	Var. %
Ativo	959 460,65	694 089,11	38,2
Passivo	941 996,69	679 585,54	38,6
Capital Próprio	17 463,96	14 503,57	20,4

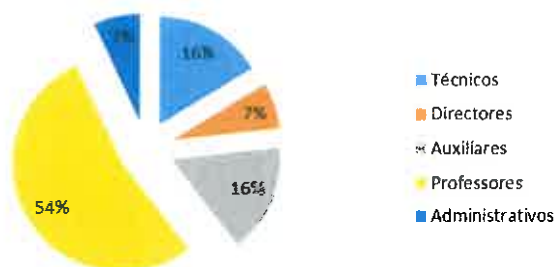
4 As nossas pessoas

No Colégio, o nosso maior recurso são as pessoas. 61% dos nossos colaboradores têm o ensino superior pelo que é também a rubrica com maior peso no nosso orçamento e contas anuais.

Com uma média etária de 34,5 anos, tivemos em média 42 colaboradores ao serviço neste ano que demonstraram resiliência, vontade de inovar e desejo de aprender.

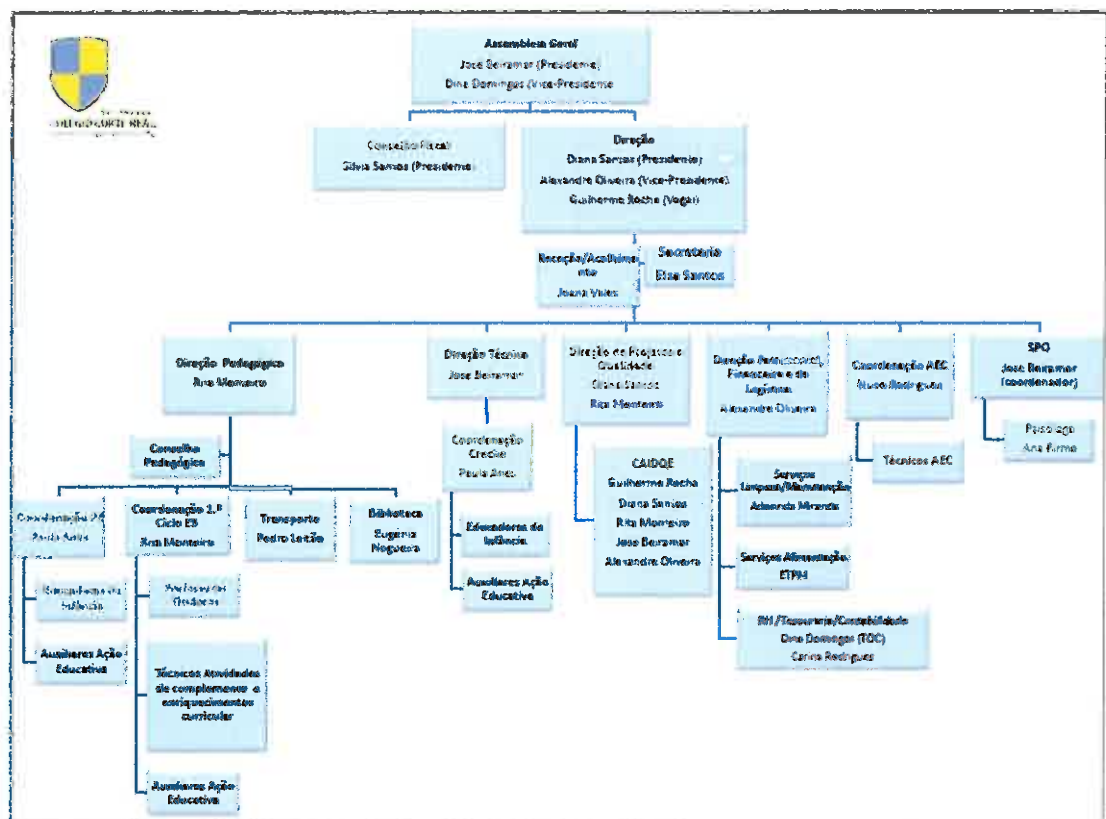
L.
J

Distribuição dos Colaboradores por funções



5 A nossa gestão

Organograma



6 Proposta de Aplicação de Resultados

O Colégio Corte Real – Cooperativa de Solidariedade Social, C.R.L., no período económico findo em 31 de Dezembro de 2016 realizou um resultado líquido de **1.445,48€**.

Propõe-se a seguinte aplicação de resultados: uma reserva legal de 5%, no montante de 72,27€. Do remanescente do valor do resultado líquido distribuível, será aplicado na rubrica de resultados transitados, no montante de

<i>Aplicação dos resultados</i>	<i>Reservas Legais</i>	<i>Resultados Transitados</i>
2016	72,27€	1372,73€

7 Expetativas Futuras

Perante o cenário já descrito anteriormente, perspectiva-se que se mantenha o crescimento da atividade, com a criação de mais 1 turma no 1.º ciclo do ensino básico, atingindo assim as 4 turmas nesta valência e a manutenção do número de alunos nas restantes valências, visto que continuamos a ter lista de espera nas valências de creche e pré-escolar.

Moita, 27 de Março de 2016

A Direção,



Colégio Corte Real – Cooperativa de Solidariedade Social, CRL

Demonstrações Financeiras
31 de Dezembro de 2016

31 de Março de 2017

*(O presente documento inclui os elementos definidos pela portaria n.º 104/2011, de 14 de Março –
1.ª Série - n.º 51)*

Colégio Corte Real – Cooperativa de Solidariedade Social, CRL
Registada na CRC Moita sob o n.º 507 106 148
Capital social: 6.000,00€
Sede: Parque de Empresas dos 4 Marcos – Edifício Tejo
2860-402 Moita
CAE principal: 88910
CAE secundários: 85100 e 85201

ÍNDICE

Balanco.....	3
Demonstração de Resultados por Naturezas	4
Demonstração Fluxos de Caixa.....	5
Demonstração individual das alterações no capital próprio nos períodos 2015 e 2016	6
NOTA INTRODUTÓRIA.....	8
NOTA 1. CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE	8
NOTA 2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	9
NOTA 3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS	9
NOTA 4. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS.....	12
NOTA 5. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	13
NOTA 6. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO	13
NOTA 7. ATIVOS INTANGÍVEIS	13
NOTA 8. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS	13
NOTA 9. GASTOS COM DEPRECIAÇÕES.....	14
NOTA 10. RENDIMENTOS	14
NOTA 11. SUBSÍDIO À EXPLORAÇÃO	14
NOTA 12. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS.....	15
NOTA 13. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO	15
NOTA 14. CLIENTES	15
NOTA 15. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS.....	15
NOTA 16. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS.....	16
NOTA 17. OUTROS GASTOS E PERDAS.....	17
NOTA 18. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS.....	17
NOTA 19. GASTOS COM PESSOAL	17
NOTA 20. DIFERIMENTOS.....	17
NOTA 21. CAPITAL PRÓPRIO	18
NOTA 22. RESERVAS.....	18
NOTA 23. OUTRAS VARIAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO	18
NOTA 24. CAPITAL SOCIAL REALIZADO	19
NOTA 25. SÓCIOS/COOPERANTES	19
NOTA 26. ADIANTAMENTOS DE CLIENTES.....	19
NOTA 27. ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES	19
NOTA 28. EXISTÊNCIAS.....	19
NOTA 29. EQUIPAMENTO EM REGIME DE LOCAÇÃO FINANCEIRA.....	19
NOTA 30. FINANCIAMENTO BANCÁRIO	20
NOTA 31. GASTOS LÍQUIDOS DE FINANCIAMENTO	20
NOTA 32. DISPONIBILIDADES.....	20
NOTA 33. INFORMAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS	20

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Balanço

Balanço individual em 31 de Dezembro de 2016

	Notas	2016	2015
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	190 269	144 878
Propriedades de investimento	6	2 703	2 703
Ativos intangíveis	7	59 194	62 944
Participações financeiras - outros métodos	8	1 000	1 000
		253 166	211 525
Ativo corrente			
Inventários	28	325	443
Clientes	14, 26	124 830	80 018
Adiantamentos a fornecedores	27	8 506	3 506
Outras contas a receber	15	491 605	351 327
Diferimentos	20	24 781	9 649
Ativos financeiros detidos para negociação	15	27 170	32 604
Outros ativos financeiros	7	132	132
Caixa e depósitos bancários	32	28 945	4 886
		706 294	482 565
Total do ativo		959 461	694 089
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital realizado	21, 24	6 000	6 000
Reservas legais	22	2 500	2 500
Outras reservas	22	30 319	30 319
Resultados transitados	21	(40 038)	(43 097)
Outras variações no capital próprio	23	17 237	17 237
Resultado líquido do período	21	1 445	1 544
Total do capital próprio		17 464	14 504
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	30	108 690	133 849
		108 690	133 849
Passivo corrente			
Fornecedores	27	75 444	16 840
Adiantamentos de clientes	26	5 186	100
Estado e outros entes públicos	18	170 681	100 324
Sócios/Cooperantes	25	6 832	1 973
Financiamentos obtidos	30	296 050	249 843
Outras contas a pagar	15	197 348	102 087
Diferimentos	20	81 766	74 569
		833 307	545 737
Total do passivo		941 997	679 586
Total do capital próprio e do passivo		959 461	694 089

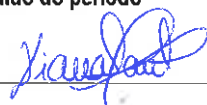
A Direção O Técnico Oficial de Contas 

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Demonstração de Resultados por Naturezas

	Notas	2016	2015
Vendas e serviços prestados	10	763 024	699 462
Subsídios à exploração	11	112 446	107 368
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	28	(7 854)	(7 441)
Fornecimentos e serviços externos	16	(239 954)	(211 384)
Gastos com o pessoal	19	(567 136)	(517 160)
Outros rendimentos e ganhos	12	29 173	29 139
Outros gastos e perdas	17	(10 765)	(16 498)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		78 935	83 486
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	(33 680)	(26 804)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		45 255	56 682
Juros e rendimentos similares obtidos	31	160	2
Juros e gastos similares suportados	31	(41 455)	(53 306)
Resultado antes de impostos		3 960	3 379
Imposto sobre o rendimento do período	13	(2 514)	(1 835)
Resultado líquido do período		1 445	1 544

A Direção



O Técnico Oficial de Contas



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Demonstração Fluxos de Caixa

PERÍODO FINDO EM 31 DE Dezembro DE 2016	RUBRICAS	NOTAS	UNIDADE MONETÁRIA (Euros)	
			PERÍODOS	
			2016	2015
<u>Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto</u>				
	Recebimentos de clientes		835 683	743 663
	Pagamentos a fornecedores		(161 097)	(167 263)
	Pagamentos ao pessoal		(382 567)	(328 186)
	Caixa gerada pelas operações		292 019	248 215
	Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(1 961)	(1 992)
	Outros recebimentos/pagamentos		(99 790)	(63 922)
	Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		190 268	182 301
<u>Fluxos de caixa das atividades de investimento</u>				
Pagamentos respeitantes a:				
	Ativos fixos tangíveis		(58 095)	(39 460)
	Ativos intangíveis		(797)	-
	Juros e rendimentos similares		220	513
	Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		(58 673)	(38 947)
<u>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</u>				
Recebimentos provenientes de:				
	Financiamentos obtidos		886 228	1 109 720
	Outras operações de financiamento		319 182	457 096
Pagamentos respeitantes a:				
	Financiamentos obtidos		(910 643)	(1 091 930)
	Juros e gastos similares		(15 318)	(30 236)
	Outras operações de financiamento		(392 420)	(597 834)
	Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		(112 970)	(153 184)
	Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		18 625	(9 830)
	Caixa e seus equivalentes no início do período		37 622	47 452
	Caixa e seus equivalentes no fim do período		56 248	37 622

A Direção


O Técnico Oficial de Contas

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Demonstração individual das alterações no capital próprio nos períodos 2015 e 2016

DESCRIÇÃO	Euros						Total do Capital Próprio
	Capital realizado	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO ANO 2015	6 000	2 500	30 319	(49 296)	17 237	6 199	12 960
ALTERAÇÕES NO PERÍODO							
Outras alterações reconhecidas no capital próprio				6 199		(6 199)	-
	-	-	-	6 199	-	(6 199)	-
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO						1 544	1 544
RESULTADO EXTENSIVO			-	6 199	-	(4 655)	1 544
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2015	6 000	2 500	30 319	(43 097)	17 237	1 544	14 504
POSIÇÃO NO INÍCIO DO ANO 2016	6 000	2 500	30 319	(43 097)	17 237	1 544	14 504
ALTERAÇÕES NO PERÍODO							
Outras alterações reconhecidas no capital próprio				3 059		(1 544)	1 515
	-	-	-	3 059	-	(1 544)	1 515
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO						1 445	1 445
RESULTADO EXTENSIVO			-	3 059		(98)	2 960
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2016	6 000	2 500	30 319	(40 038)	17 237	1 445	17 464

A Direção



O Técnico Oficial de Contas





Anexo às Demonstrações Financeiras
31 de Dezembro de 2016

NOTA INTRODUTÓRIA**NOTA 1. CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE**

O Colégio Corte Real é uma Cooperativa de Solidariedade Social, com o NIPC 507106148, foi constituída em 18 de Julho de 2005. A cooperativa tem atualmente a sede no Parque de Empresas dos 4 Marcos – Edifício Tejo, na Moita e tem como objetivo a promoção do apoio a crianças e jovens, pelo que a sua atividade principal é a prestação de serviços de cuidados para crianças s/ Alojamento, utilizando o CAE 88910. No decorrer do ano de 2016 teve ao seu serviço em média 42 colaboradores.

De 2005 a 2009 o Colégio Corte Real não registou qualquer atividade.

Em 2010, o Colégio Corte Real iniciou a sua atividade em Setembro desse ano, através das Atividades de Enriquecimento Curricular, para alunos do 1.º ciclo do ensino básico, em parceria com a Escola Técnica Profissional da Moita e os Agrupamentos de Escolas José Afonso e Fragata do Tejo, na Moita, envolvendo cerca de 800 crianças entre os 6 e os 10 anos de idade, através do ensino do Inglês, da Atividade Física e Desportiva e de Atividades Lúdico Expressivas, como a música, a expressão plástica e a expressão dramática.

Em 2012 o Colégio Corte Real iniciou o investimento, apenas com recursos próprios para as obras de construção do seu equipamento social, tendo sido inaugurado em 1 de Outubro de 2012.

Este equipamento social veio dar resposta às enormes carências deste tipo de apoio no concelho da Moita, tendo sido autorizada a lotação de 168 crianças, 84 das quais para creche e 83 em pré-escolar.

Em 2013/14, o equipamento social teve ocupação de 100% das vagas de creche a partir de Setembro, enquanto no pré-escolar existiu uma ocupação de 74,6% das vagas.

No ano letivo de 2014/2015, foi possível expandir a atividade, iniciando também a oferta de 1.º ciclo do ensino básico, num edifício junto ao complexo da creche e do pré-escolar. Com este novo espaço, surgiu também um alargamento da oferta de pré-escolar, tendo esta valência aumentado a sua lotação para 105 vagas, com uma taxa de ocupação de 100%.

Em 2015/2016, verificou-se o aumento de mais uma turma em 1.º ciclo do ensino básico (1.º ano) e de mais uma turma em pré-escolar, pelo que o número total de utentes do equipamento passou a ser de 249. Em Outubro de 2015 foi celebrado um acordo de cooperação típico com a Segurança Social, para a comparticipação de 33 vagas em creche, que de imediato foram ocupadas pelas famílias com mais baixo rendimento da creche.

Em 2016/2017 foi constituída mais uma turma de 1.º ciclo do ensino básico e alargado o número de crianças abrangidas no acordo de cooperação em creche, para 41 utentes.

	2016	2015	Var. %
Desempenho Económico			
Volume de Negócios (mil Euros)	763	699	9,1
Gastos Operacionais (mil Euros)	(826)	(752)	9,7
Cash Flow Operacional (EBITDA)	79	83	-5,5
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos) (EBIT)	45	57	-20,2
Resultado Líquido (mil Euros)	1	2	-6,4
Balanço			
Ativo Total (mil Euros)	959	694	38,2
Capitais Próprios (mil Euros)	17	15	20,4
Capitais Alheios (mil Euros)	942	680	38,6
Indicadores			
Margem EBITDA (%)	10,35	11,94	-13,3
Margem sobre Vendas (%)	101,03	101,06	0,0
ROI - Return on Investment (%)	0,05	0,08	-42,2
ROE - Return on Equity (%)	0,08	0,11	-22,2



NOTA 2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 - As demonstrações financeiras anexas foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística para Microentidades (NC-ME) aprovada pelo Decreto-Lei 36-A/2011 de 09 de Março, em harmonia com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC) aprovado pelo Decreto-lei n.º 158/2009 de 13 de Julho com as retificações da Declaração de Retificação n.º 67-B/2009 de 11 de Setembro e com as alterações introduzidas pela Lei n.º 20/2010 de 23 de Agosto.

2.2 - O conteúdo das contas das demonstrações financeiras é comparável com o do ano anterior.

2.3 - As demonstrações financeiras de 2016 foram preparadas e aprovadas de modo a que sejam comparáveis com as demonstrações financeiras de 2015.

NOTA 3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas pela Entidade na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1 – BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas de acordo com as bases de apresentação das demonstrações financeiras (BADF):

3.1.1 - PRESSUPOSTO DA CONTINUIDADE

No âmbito do pressuposto da continuidade, a entidade avaliou a informação de que dispõe e as suas expectativas futuras, tendo em conta a capacidade da entidade prosseguir com o seu negócio. Da avaliação resultou que o negócio tem condições de prosseguir presumindo-se a sua continuidade.

3.1.2 – PRESSUPOSTO DO ACRÉSCIMO

Os elementos das demonstrações financeiras são reconhecidos logo que satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento.

3.1.3 - CONSISTÊNCIA DE APRESENTAÇÃO

A apresentação e classificação de itens nas demonstrações financeiras são consistentes de um período para o outro.

3.1.4 - MATERIALIDADE E AGREGAÇÃO

A materialidade depende da dimensão e da natureza da omissão ou do erro, ajuizados nas circunstâncias que os rodeiam. Considera-se que as omissões ou declarações incorretas de itens são materialmente relevantes se puderem, individual ou coletivamente, influenciar as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Um item que não seja materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada na face das demonstrações financeiras pode porém ser materialmente relevante para que seja apresentado separadamente nas notas do presente anexo.

As demonstrações financeiras resultam do processamento de grandes números de transações ou outros acontecimentos que são agregados em classes de acordo com a sua natureza ou função. A fase final do processo de agregação e classificação é a apresentação de dados condensados e classificados que formam linhas de itens na face do balanço, na demonstração dos resultados, na demonstração de alterações no capital próprio e na demonstração de fluxos de caixa ou no anexo.

3.1.5. - COMPENSAÇÃO

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos, não são compensados exceto quando tal for exigido ou permitido pela NC-ME. Assim, o rédito deve ser mensurado tomando em consideração a quantia de quaisquer

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

descontos comerciais e abatimentos de volume concedidos pela Entidade. A Entidade empreende, no decurso das suas atividades ordinárias, outras transações que não geram rédito mas que são inerentes às principais atividades que o geram. Os resultados de tais transações são apresentados, quando esta apresentação reflita a substância da transação ou outro acontecimento, compensando qualquer rendimento com os gastos relacionados resultantes da mesma transação.

Os ganhos e perdas provenientes de um grupo de transações semelhantes são relatados numa base líquida, por exemplo, ganhos e perdas de diferenças cambiais ou ganhos e perdas provenientes de instrumentos financeiros detidos para negociação. Estes ganhos e perdas são relatados separadamente se forem materialmente relevantes.

3.1.6 - INFORMAÇÃO COMPARATIVA

A informação está comparativa com respeito ao período anterior para todas as quantias relatadas nas demonstrações financeiras. A informação comparativa foi incluída para a informação narrativa e descritiva quando é relevante para uma compreensão das demonstrações financeiras do período corrente, a menos que a NC-ME o permita ou exija de outra forma.

A informação narrativa proporcionada nas demonstrações financeiras relativa a períodos anteriores que continua a ser relevante no período corrente é divulgada novamente.

A comparabilidade da informação inter-períodos é continuamente objeto de aperfeiçoamento com o intuito de ser cada vez mais um instrumento de ajuda aos utentes permitindo-lhes tomar decisões económicas e avaliar as tendências na informação financeira para finalidades de previsão.

3.2 – POLÍTICAS DE RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO

3.2.1.– ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida. Os imóveis e outras propriedades de investimento que visam a obtenção de rendimento, através de arrendamento, estão classificados como ativos fixos tangíveis. Os terrenos e outras propriedades que foram adquiridas para revenda, e que no final do exercício económico ainda estão em nossa posse, foram classificados como existências.

Os ativos fixos tangíveis são apresentados pelo respetivo valor líquido de depreciações acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber e a quantia escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

Os ativos fixos tangíveis são depreciados em duodécimos durante as vidas úteis estimadas:

<i>Edifícios e outras construções</i>	<i>50 anos</i>
<i>Equipamento básico</i>	<i>4 a 8 anos</i>
<i>Equipamento de transporte</i>	<i>4 a 5 anos</i>
<i>Equipamento administrativo</i>	<i>4 a 8 anos</i>
<i>Outros ativos fixos tangíveis</i>	<i>4 a 8 anos</i>



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

3.2.2 – IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

No ano em questão foi apurado imposto sobre o rendimento no valor de 2.514,11€.

3.2.3 – ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Entidade se torna parte das correspondentes disposições contratuais. Os ativos e passivos financeiros encontram-se mensurados ao custo.

3.2.4 – INVENTÁRIOS

Uma vez que os serviços de alimentação do Colégio são contratados a uma empresa externa, não existem matérias-primas e mercadorias em stock, pelo que não se verificam existências no final do ano.

3.2.5. – ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Entidade se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Os ativos e passivos financeiros encontram-se mensurados ao custo. Nas situações em que o valor de custo é superior ao valor recuperável, é registado uma perda por imparidade pela respetiva diferença.

Estão incluídos nesta categoria os seguintes ativos financeiros:

- Clientes e outras dívidas de terceiros (deduzido de perdas por imparidade);
- Outros ativos financeiros (deduzidos de eventuais imparidades);
- Contratos para conceder empréstimos (deduzidos de eventuais perdas por imparidade);
- Caixa e depósitos bancários (vencíveis a menos de 3 meses);
- Participações financeiras em entidades que não sejam subsidiárias, empresas conjuntamente controladas e associadas;
- Ativos e passivos financeiros detidos para negociação; e
- Outros ativos ou passivos financeiros que por definição sejam considerados nesta rubrica.

Estão incluídos nesta categoria os seguintes passivos financeiros:

- Fornecedores e outras dívidas de terceiros;
- Financiamentos obtidos;
- Outros passivos financeiros;
- Contratos para contrair empréstimos.

As perdas por imparidade são registadas em resultados como perdas por imparidade no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é reconhecida em resultados como reversões de perdas por imparidade, não sendo permitida a reversão de perdas por imparidade registada em investimentos em instrumentos de capital próprio (mensurados ao custo).

3.2.6. – RECONHECIMENTO DO RÉDITO

O rédito compreende o valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Entidade. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

A Entidade reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Entidade obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos.

Os rendimentos são reconhecidos na data da realização da prestação dos serviços, ou seja quando incorre nos gastos necessários para a execução dos mesmos, se necessário socorre-se do método da percentagem

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

de acabamento ou do método do lucro nulo na impossibilidade de determinar fiavelmente o desfecho dos contratos de prestação de serviço.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao pressuposto do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

Os dividendos são reconhecidos como outros ganhos e perdas líquidos quando existe o direito de os receber.

O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Entidade baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

3.2.7 – SUBSÍDIOS

Os subsídios recebidos por parte do Estado correspondem a candidaturas respeitantes a postos de trabalho criados e para os quais existiram medidas de apoio à contratação aprovadas junto do IEFP.

3.2.8. – CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

3.2.9. – TRANSACÇÕES E MOEDA FUNCIONAL

As demonstrações financeiras da Entidade são apresentadas em euros, sendo o euro a moeda funcional e de apresentação.

3.2.10. – BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Os benefícios dos emprego classificam-se em:

a) Benefícios de curto-prazo

Os benefícios de curto prazo incluem salários, ordenados, contribuições para a Segurança Social, licença por doença, participação nos lucros e gratificações (pagos dentro dos 12 meses) e benefícios não monetários (cuidados médicos, alojamento, automóveis e bens ou serviços gratuitos).

O gasto relativo a participações nos lucros e/ou gratificações deve ser relevado dentro do período em que o trabalhador prestou o seu contributo (desde que exista uma obrigação presente, legal/construtiva e que a mesma possa ser mensurada com fiabilidade).

b) Benefícios de cessação

Resultam de benefícios pagos em consequência da decisão da Entidade cessar o emprego de um empregado antes da data normal de reforma, ou da decisão de um empregado de aceitar a saída voluntária em troca desses benefícios.

NOTA 4. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS**4.1 – APLICAÇÃO INICIAL DA DISPOSIÇÃO DAS NC-ME COM EFEITOS NO PERÍODO CORRENTE OU EM QUALQUER PERÍODO ANTERIOR, OU COM POSSÍVEIS EFEITOS EM PERÍODOS FUTUROS:**

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes da adoção inicial da NC-ME.

4.2 – ALTERAÇÃO VOLUNTÁRIA EM POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS COM EFEITO NO PERÍODO CORRENTE OU EM QUALQUER PERÍODO ANTERIOR (SENDO IMPRATICÁVEL DETERMINAR A QUANTIA DE AJUSTAMENTO) OU COM POSSÍVEIS EFEITOS EM PERÍODOS FUTUROS.

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

4.3 – ALTERAÇÕES EM ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS COM EFEITO NO PERÍODO CORRENTE OU QUE SE ESPERA QUE TENHAM EFEITO EM FUTUROS PERÍODOS.

Não se verificaram quaisquer alterações em estimativas contabilísticas.

4.4 – ERROS MATERIALMENTE RELEVANTES DE PERÍODOS ANTERIORES

Não se verificaram quaisquer erros materialmente relevantes em períodos anteriores.

NOTA 5. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

	Edifícios	Equipamento			Total
		Básico	Transporte	Administrativo	
Quantia escriturada bruta inicial		67 351	24 408	17 694	130 371
Da qual quantia despendida "Em Curso"	69 268				69 268
Depreciações acumuladas iniciais	-	(21 998)	(17 798)	(6 010)	(54 761)
Quantia escriturada líquida inicial	69 268	45 352	6 611	11 684	144 878
Adições					
Dispêndios em curso	43 647		-		43 647
Outras	1 250	23 854		4 255	31 675
Total das adições	44 897	23 854	-	4 255	75 322
Depreciações	-	(16 578)	(6 102)	(2 427)	(29 930)
Total das diminuições	-	(16 578)	(6 102)	(2 427)	(29 930)
Quantia escriturada líquida final	114 164	52 628	509	13 512	190 269

NOTA 6. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

	2015	Aquisições	2016
Propriedade de Investimento (Casa Família)	2 702		2 702
Total	2 702		2 702

NOTA 7. ATIVOS INTANGÍVEIS

No que concerne os ativos intangíveis, a rubrica com maior expressão corresponde ao direito de utilização da fração "C", onde se encontra instalado o equipamento social de creche e de pré-escolar, conforme se verifica no quadro abaixo.

	Propriedade industrial	Direito de utilização	Total
Quantia inicial: com vida útil finita	132	75 000	75 132
Quantia inicial: com vida útil indefinida			
Amortizações acumuladas iniciais		(12 188)	(12 188)
Quantia escriturada líquida inicial	132	62 813	62 944
Total das adições		-	
Depreciações		(3 750)	(3 750)
Total das diminuições		(3 750)	(3 750)
Quantia escriturada líquida final	132	59 063	59 194

NOTA 8. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

Participações Financeiras-Outros métodos	2016	2015
Investimento ao custo na participada (CA)	1 000,00	1 000,00
Total	1 000,00	1 000,00

Nesta rubrica, verifica-se a existência de 1.000,00€ correspondente à participação financeira do capital da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo, C.R.L., saldo que se mantém inalterado desde 2013, aquando da subscrição do capital na citada instituição.



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

NOTA 9. GASTOS COM DEPRECIAÇÕES

A rubrica Gastos com Depreciações registou os seguintes movimentos em 2016 e 2015:

	2016			2015		
	Gastos	Reversão	Total	Gastos	Reversão	Total
Ativos Fixos Tangíveis						
Equipamento Básico	16 577,70	0,00	16 577,70	10 076,61	0,00	10 076,61
Equipamento de transporte	6 102,12	0,00	6 102,12	6 102,12	0,00	6 102,12
Equipamento Administrativo	2 427,31	0,00	2 427,31	2 247,93	0,00	2 247,93
Outros Ativos Fixos Tangíveis	4 822,77	0,00	4 822,77	4 626,96	0,00	4 626,96
Subtotal	29 929,90	0,00	29 929,90	23 053,62	0,00	23 053,62
Ativos Intangíveis						
Direito de utilização Fração "C"	3 750,00	0,00	3 750,00	3 750,00	0,00	3 750,00
Subtotal	3 750,00	0,00	3 750,00	3 750,00	0,00	3 750,00
Total	33 679,90	0,00	33 679,90	26 803,62	0,00	26 803,62

NOTA 10. RENDIMENTOS

No decorrer do exercício económico de 2016, as prestações de serviços ascenderam a 763 mil euros, decorrentes das atividades de creche, pré-escolar, 1.º ciclo do ensino básico e atividades de enriquecimento curricular.

	2016			2015		
	Mercado Interno	Mercado Externo	Total	Mercado Interno	Mercado Externo	Total
Vendas de bens	9 609,21	0,00	9 609,21	6 811,50	0,00	6 811,50
Prestações de serviços	753 414,96	0,00	753 414,96	692 650,18	0,00	692 650,18
Total	763 024,17	0,00	763 024,17	699 461,68	0,00	699 461,68

NOTA 11. SUBSÍDIO À EXPLORAÇÃO

No exercício de 2016 foram reconhecidos 107 367,60€ relativos a subsídios à exploração, dos quais 16.900 euros corresponde a donativos e 65 684,93€ a apoios financeiros concedidos pelo IEFP devido a candidaturas de medidas de apoio à contratação/estágios profissionais ou pelo posto de atendimento quinzenal a desempregados e 24 782,67€ a que corresponde o apoio da comparticipação financeira de 33 vagas do acordo de cooperação típico da creche, celebrado em Outubro de 2015 com o ISS, IP.

	2016				2015			
	Quantia reconhecida em resultados	Valor recebido	Por receber	Valor total do subsídio	Quantia reconhecida em resultados	Valor recebido	Por receber	Valor total do subsídio
IEFP	0,00	0,00	0,00	0,00	65 684,93	38 326,79	27 358,14	65 684,93
ISS, IP-Centros Distritais	102 446,32	102 446,32	0,00	102 446,32	24 782,67	24 782,67	0,00	24 782,67
Doações	10 000,00	10 000,00	0,00	10 000,00	16 900,00	16 900,00	0,00	16 900,00
Total	112 446,32	112 446,32	0,00	112 446,32	107 367,60	80 009,46	27 358,14	107 367,60

**NOTA 12. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS**

Outros Rendimentos e Ganhos	2016	2015
Rendimentos Suplementares	24 223,16	22 529,31
Descontos de Pronto Pagamento Obtidos	461,28	292,39
Rendimentos e Ganhos nos restantes Ativos Financeiros	2 280,00	2 289,35
Rendimentos e Ganhos em Investimentos não Financeiros	0,00	0,00
Outros Rendimentos e Ganhos	2 208,97	4 027,78
Total	29 173,41	29 138,83

NOTA 13. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2013 a 2015 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

A Direção entende que as eventuais revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais aos exercícios de 2015 e anteriores, não produzirá efeitos materiais sobre as contas.

No ano em questão foi apurado imposto sobre o rendimento no valor de 2514,11€.

NOTA 14. CLIENTES

A rubrica de clientes contemplava os seguintes saldos em dívida em 31 de Dezembro de 2016:

	2016			2015		
	Quantia Bruta	Imparidade Acumulada	Quantia escriturada líquida	Quantia Bruta	Imparidade Acumulada	Quantia escriturada líquida
A receber						
<90 dias	124 829,70	0,00	124 829,70	80 017,76	0,00	80 017,76
90 - 180 dias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
180-360 dias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
>360 dias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	124 829,70	0,00	124 829,70	80 017,76	0,00	80 017,76

NOTA 15. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

À data de 31 de Dezembro de 2016, regista-se o montante de 32 604,31€ respeitante a fundos de investimento e obrigações.

	Fundos Montepio Tesouraria	Caixa Obrigações	Total
Saldo (justo valor) a 1 de Janeiro	30 603,02	2 001,29	32 604,31
Aquisições no período	26 699,93	0,00	26 699,93
Alienações no período	30 123,05	2 018,95	30 142,00
Variação do Justo valor	0,00	8,03	8,03
Saldo a 31 de Dezembro	27 179,90	(9,63)	27 170,27

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Nesta conta, a rubrica “Outros devedores” reporta-se sobretudo a valores de prestações de serviços por receber e montantes por receber devido a medidas de apoio à contratação/encerramento da medida estágios do IEFP e da DGEstE, proveniente das AEC.

Salienta-se que na rubrica “Devedores por acréscimos de rendimentos”, temos o montante de 24.785,92€ que advém de outros rendimentos do ano faturados no ano seguinte.

	2016	2015
Ativo		
Corrente		
Pessoal	3 302,22	1 027,08
Devedores por Acréscimos de Rendimentos	24 785,92	6 126,52
Outros	463 517,24	344 172,95
Total	491 605,38	351 326,55

Quanto às “Outras contas a pagar”, a rubrica mais expressiva – Credores por acréscimos de gastos contempla 62 585,76€ devido à estimativa de remunerações a liquidar de subsídio de férias e férias a pagar em 2017 e 108 559,58 de gastos do ano cuja fatura é do ano seguinte. Quanto aos outros credores, salienta-se o montante de cerca de 3 mil euros de empréstimo de um cooperante e cerca de mil euros de credores diversos.

	2016	2015
Passivo		
Corrente		
Pessoal	851,93	1 196,59
Credores por acréscimos de gastos	171 145,34	70 443,05
Fornecedores de Investimentos	20 529,22	13 185,57
Outros	4 821,50	17 261,98
Total	197 347,99	102 087,19

NOTA 16. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

	2016	2015
Serviços Especializados	166 545,91	159 042,86
Materiais	20 668,77	19 960,60
Energia e Flúidos	3 301,18	3 496,12
Deslocações, Estadas e Transportes	3 453,46	3 500,06
Serviços Diversos	45 985,13	25 383,88
Total	239 954,45	211 383,52

Quanto a serviços especializados, são aqui contabilizados os gastos com os honorários das atividades de complemento curriculares, gastos com técnicos especializados das atividades extracurriculares, bem como o serviço de refeições diário, lavandaria e as avenças de contabilidade e de serviços de higiene.

A rubrica de fornecedores contemplava os seguintes saldos em dívida em 31 de Dezembro de 2016:

	2016	2015
A pagar		
< 90 dias	75 443,53	16 839,65
90 - 180 dias	0,00	0,00
> 180 dias	0,00	0,00
Total	75 443,53	16 839,65

**NOTA 17. OUTROS GASTOS E PERDAS**

	2016	2015
Impostos	3 292,80	3 639,99
Outros Gastos e Perdas	7 471,71	12 857,90
Total	10 764,51	16 497,89

NOTA 18. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

	2016	2015
Passivo		
Imposto s/ Rendimento	2 069,78	1 517,01
Retenção de Imposto s/ Rendimento	4 065,62	3 515,32
Contribuições p/ a Segurança Social	162 365,94	94 846,81
Outros	2 179,82	445,30
Total	170 681,16	100 324,44

O montante respeitante a Retenção de Imposto s/ Rendimento corresponde ao mês de Dezembro, que foram alvo de liquidação em Janeiro do ano seguinte.

Quanto à rubrica de Contribuições para a Segurança Social, o montante de 91.450,63 euros corresponde à TSU dos meses de abril a dezembro de 2016, montante que foi alvo de acordo prestacional com o IGFSS em 2017. Os restantes 71.258,11 euros já estão contemplados em planos prestacionais.

NOTA 19. GASTOS COM PESSOAL

A conta Gastos com Pessoal teve a seguinte composição no ano 2016:

Gastos com o pessoal	2016	2015
Remunerações do Pessoal	462 758,90	417 893,34
Indemnizações	3 838,40	0,00
Encargos sobre Remunerações	85 392,78	71 668,49
Seguros de Acidentes de Trabalho	2 984,40	2 281,26
Outros Gastos com o Pessoal	12 161,69	25 316,94
Total	567 136,17	517 160,03

Neste exercício, existiu um acréscimo de atividade, como tal, verificou-se um aumento do número de pessoas ao serviço. Importa salientar que o quadro de pessoal para o funcionamento da creche, jardim-de-infância e 1.º ciclo tem requisitos mínimos, conforme a nossa lotação e representa o nosso maior gasto em relação ao volume de negócios (74%).

NOTA 20. DIFERIMENTOS

A rubrica de diferimentos contempla fundamentalmente gastos a reconhecer respeitantes a seguros cujo prémio se encontra liquidado mas que se reporta a um período posterior a 31 de Dezembro de 2016, enquanto nos rendimentos a reconhecer em 2017 corresponde a prestação de serviços do n/ equipamento social e das atividades de enriquecimento curricular.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

	2016	2015
Gastos a Reconhecer		
Seguros	4 971,88	3 701,34
Outros	19 808,66	5 948,02
Total	24 780,54	9 649,36
Rendimentos a reconhecer		
Prestação de serviços (Creche+JI+1º Ciclo)	65 271,42	58 074,02
Atividades Enriquecimento Curricular	16 494,85	16 494,85
Total	81 766,27	74 568,87

NOTA 21. CAPITAL PRÓPRIO

Os movimentos nas rubricas do capital próprio foram os seguintes:

DESCRIÇÃO	Capital realizado	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Euros Total do Capital Próprio
POSIÇÃO NO INÍCIO DO ANO 2016	6 000	2 500	30 319	(43 097)	17 237	1 544	14 504
ALTERAÇÕES NO PERÍODO							
Outras alterações reconhecidas no capital próprio				3 059		(1 544)	1 515
	-	-	-	3 059	-	(1 544)	
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO						1 445	1 445
RESULTADO EXTENSIVO			-	3 059	-	(98)	2 960
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2016	6 000	2 500	30 319	(40 038)	17 237	1 445	17 464

Neste exercício, foi apurado o resultado líquido do período de 1 445€.

NOTA 22. RESERVAS

	2016	2015
Reserva Legal	2 500,00	2 500,00
Outras Reservas	30 319,46	30 319,46
Total	32 819,46	32 819,46

NOTA 23. OUTRAS VARIAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

	2016	2015
Outras Variações no Capital Próprio	17 237	17 237
Total	17 237	17 237

**NOTA 24. CAPITAL SOCIAL REALIZADO**

O capital social realizado tem a seguinte constituição:

	2016		2015	
	Valor	%	Valor	%
Membros Efetivos	6 000,00	100,00%	6 000,00	100,00%
Total	6 000,00	100,00%	6 000,00	100,00%

NOTA 25. SÓCIOS/COOPERANTES

Considerando a fase de investimentos da cooperativa, existiu a necessidade de recorrer a empréstimos aos cooperantes, cujo saldo da conta, no final do ano de 2016, corresponde a 6.832,01€.

	2016		2015	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Passivo				
Sócios/Cooperantes	0,00	6 832,01	0,00	1 973,11
Total	0,00	6 832,01	0,00	1 973,11

NOTA 26. ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

Em 31 de Dezembro de 2016, a rubrica de adiantamentos de clientes, totalizava o montante de 5.185,50€.

NOTA 27. ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES

Em 31 de Dezembro de 2016, a rubrica de adiantamentos de fornecedores, totalizava o montante de 8.506€ que corresponde a adjudicações de materiais

NOTA 28. EXISTÊNCIAS

	2016			2015		
	Mercadorias	Matérias-primas	Total	Mercadorias	Matérias-primas	Total
Inventários iniciais	239,85	202,78	442,63	0,00	0,00	0,00
Compras	5 296,05	2 440,33	7 736,38	4 962,48	2 921,02	7 883,50
Reclassificação e regularização de inventários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inventários finais	223,58	101,52	325,10	239,85	202,78	442,63
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	5 312,32	2 541,59	7 853,91	4 722,63	2 718,24	7 440,87

Uma vez que os serviços de alimentação do Colégio são contratados a uma entidade externa, apenas as matérias-primas que transitam de ano correspondem apenas a leites e iogurtes dos lanches e as mercadorias existentes correspondem a material de desgaste para as atividades em creche e pré-escolar.

NOTA 29. EQUIPAMENTO EM REGIME DE LOCAÇÃO FINANCEIRA

A empresa detém um equipamento de transporte coletivo de crianças sob o regime de locação financeira, que fruto das depreciações deste ano tem o valor líquido de 508€.

As responsabilidades ainda não liquidadas relativas a contratos de locação financeira são referidas na nota 30.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

NOTA 30. FINANCIAMENTO BANCÁRIO

O financiamento bancário em 31 de Dezembro de 2016 tinha a seguinte distribuição:

	2016	2015
Passivo Não Corrente		
Empréstimos Bancários	108 690,10	133 849,02
Locações	0,00	0,00
Subtotal	108 690,10	133 849,02
Passivo Corrente		
Descobertos Bancários	18,97	42 736,68
Empréstimos Bancários	290 021,29	198 735,20
Locações	6 009,87	8 371,38
Subtotal	296 050,13	249 843,26
Total	404 740,23	383 692,28

NOTA 31. GASTOS LÍQUIDOS DE FINANCIAMENTO

As contas que contemplam os gastos com financiamento tiveram a seguinte composição:

	2016	2015
Juros de Financiamentos Obtidos	(41 455,09)	(53 305,84)
Juros e Rendimentos Obtidos	159,72	2,48
Total	(41 295,37)	(53 303,36)

NOTA 32. DISPONIBILIDADES

As disponibilidades de caixa e depósitos bancários, em 2016, apresentavam o saldo de 28.944,95€.

Importa ainda salientar o montante de 27.302,65€, que corresponde a fundos de investimento e obrigações negociáveis, que são equivalentes a caixa e que, como tal, constam do balanço da cooperativa.

NOTA 33. INFORMAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

A Direção informa que a instituição não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto nº 411/91, de 17 de Outubro, a Direção informa que a situação do Colégio perante a Segurança Social se encontra regularizada, estando a ser cumpridos os planos prestacionais acordados.

A TÉCNICA OFICIAL DE CONTAS



A PRESIDENTE DA DIREÇÃO

